

Relato de experiência

Lutas, vitórias e desafios: a resistência no Alto Uruguai

Luiz Alencar Dalla Costa*

Arquivo CRAB

“Uns foram para o Acre, outros para Arapoti (SP). Como vocês sabem, a maior conquista, que era um reassentamento, nós não conseguimos. Nós queríamos ficar aqui no Sudoeste do Paraná e não conseguimos...”

(Marcelo Barth, líder dos trabalhadores rurais, expulso pela hidrelétrica de Itaipu/PR).



Este depoimento foi ouvido e refletido por milhares de pessoas ao longo da Bacia do Alto Uruguai, especialmente no final da década de 70, nas áreas que poderiam ser alagadas pelas hidrelétricas de Itá e Machadinho, no Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense.

Esta realidade dura de expulsão da terra, da perda da comunidade, da migração forçada, começou a ter resposta na Bacia do Rio Uruguai. Resposta esta dada por pessoas simples (colônos como são chamados), descendentes de alemães, poloneses, italianos e caboclos que manifestaram sua disposição de não abandonar suas terras sem resistência, de não entregar tudo aquilo que conseguiram com muito sofrimento em troca de promessas de boas indenizações.

A reação às agressões que todo o povo vinha sofrendo começou a ser articulada tendo em vista que a Eletrosul (empresa do governo brasileiro) apresentou uma proposta de construir 23 barragens ao longo da Bacia do Rio Uruguai, como se isto fosse uma boa notícia para os atingidos.

O exemplo do que aconteceu em Itaipu, Sobradinho, Passo Réal, servia ao mesmo tempo para preocupar e dar certeza aos atingidos que só uma coisa poderia impedir as injustiças: a organização do povo.

SURGE A CRAB

Das reuniões iniciais na região de Erechim-RS, convocadas por professores, padres, bispos, pastores e sindicatos, com o objetivo de levar as informações aos futuros atingidos, aos poucos surge a necessidade de se constituir um grupo que se preocupe, de modo especial, com a organização dos atingidos pelas barragens. Foi assim que, num grande encontro, em 1979, surgiu a CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens), inicialmente vista e entendida por muitos apenas como um grupo de apoio aos atingidos.

FORÇAS CONTRÁRIAS

Nos primeiros anos a batalha foi muito dura; além dos esclarecimentos para a população atingida, a CRAB teve que enfrentar a empresa e seus aliados na região, que começavam a manifestar sua posição favorável à implantação das barragens. Neste grupo reuniam-se

alguns prefeitos, vereadores, dirigentes sindicais e representantes de cooperativas que, além de defenderem a idéia da construção das barragens, articulavam projetos de colonização no Norte do Brasil. Este grupo, inclusive, formou uma autodenominada "Equipe Trabalho e Justiça" que agiu na região por alguns anos, porém, não teve êxito no seu objetivo – destruir a organização dos atingidos. Eram vistos como inimigos, não representavam e nem tinham o respeito dos atingidos.

A Eletrosul já havia construído hidrelétricas no Paraná e também no Rio Grande do Sul, seu passado não era o mais aconselhável, pois onde passou causou muitos problemas, aliás este sempre foi o resultado das obras do setor elétrico: muitos problemas. As atitudes da empresa foram extremamente autoritárias, ela não levava em consideração a opinião dos atingidos, não cumpria aquilo que prometia e, por tabela, cada vez mais perdia o crédito.

Por trás destes executores do projeto é certo que existem os grandes interessados nas obras: as grandes construtoras, os grandes industriais, as empresas multinacionais, enfim os capitalistas que têm para a região Sul do Brasil o projeto chamado "Cone-Sul", e as barragens na Bacia do Rio Uruguai são objetivo a ser concretizado para o "progresso" e o "bem-estar" (deles é claro).

A CRAB COMEÇA A SE ESTRUTURAR

Os dados iniciais indicavam que poderiam ser atingidas 40 mil famílias, cerca de 200.000 pessoas ao longo de toda a Bacia do Rio Uruguai. Este número deve-se ao fato de a região ser bem povoada. A maior parte desta população é de pequenos proprietários de terra (com uma média de 15 ha) e muitos trabalhadores rurais sem terra (no reservatório da UHE de Itá existe a média de 1,6 famílias por propriedade).

Com estes e outros dados em mãos, a CRAB investe na organização dos atingidos a partir do começo da década de 1980. De início a Eletrosul consegue manobrar e adquire parte do canteiro de obras da barragem de Machadinho, no município de Marcelino Ramos-RS, com a promessa de dar sequência às indenizações.

A inexperiência e a fraca mobilização dos atingidos e suas lideranças (o movimento estava no início) permitiram que as negociações ocorressem sem ter o mínimo de garantias de que haveria sequência neste processo de negociação. O que deu para fazer foi lutar por indenizações justas.

Porém, esta atitude da empresa serviu como um exemplo a mais para outros atingidos ao longo de toda a região.

Com forte apoio da CPT, organizou-se duas Romarias da Terra. Em 1983,

Arquivo CRAB



na localidade de Carlos Gomes-Viadutos-RS e em 1984 em Itá-SC. Acima de tudo, estas Romarias serviram para denunciar publicamente o projeto das barragens, bem como, fortalecer a consciência e disposição para a luta e organização dos atingidos.

Paralelamente a estas grandes manifestações públicas foram se formando, nas comunidades atingidas, as Comissões Locais de Atingidos por Barragens, passando estas a desempenhar um papel importante no repasse das informações e mobilização dos atingidos a partir das comunidades.

Inicia-se, assim, a estruturação da CRAB. A idéia era formar comissões na maioria das comunidades atingidas, assim como comissões municipais e regionais para conseguir reunir a opinião de todos.

A LUTA SE AMPLIA POR TODA A REGIÃO

Os contatos chegam até Santa Catarina e causam grande impacto, principalmente a partir de 1984. E um dos municípios que toma a dianteira na luta é Itapiranga, chamando a Eletrosul para conversar. Como a empresa não tinha nenhuma proposta concreta de solução para os atingidos, estes decidem de vez impedir o trabalho da Eletrosul na

região. Expulsam e perseguem funcionários da empresa e numa grande concentração começam a arrancar os marcos que haviam sido fincadas nas propriedades a serem atingidas. Após estas reações a Eletrosul afasta-se da área da barragem de Itapiranga, cuja construção está agora prevista para o ano 2.000.

A mobilização toma conta também da região de Lages, com denúncias públicas, reuniões de esclarecimento à população e manifestações contra as obras. A coleta de mais de um milhão de assinaturas, entregues no ano de 1984, ao então Ministro Danilo Venturini, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, foi um dos marcos na luta dos atingidos, demonstrando a repercussão que a questão estava tendo.

AS RAZÕES DA LUTA CONTRA AS OBRAS

Muitos motivos levaram os atingidos a lutarem contra as barragens e estes motivos foram diversas vezes expostos nos documentos da CRAB, inclusive sendo entregues às autoridades responsáveis. Duas questões principais eram sempre apontadas:

1º Que a luta não era contra o progresso;

2º Que a luta principal era de resistência na terra.

Já no ano de 1983, os atingidos, através de um documento chamado "Nossa luta é contra as Barragens", colocavam as razões para a luta, que podemos agrupar da seguinte maneira:

Ambientais:

- Riscos ecológicos e ambientais;
- Poluição dos rios;
- Mudanças bruscas no clima da região e a possibilidade de ocorrência de doenças, como é o caso da malária;
- Probabilidade de terremotos.

Sócio-Culturais:

- Alagamento de pequenas propriedades rurais (é a região de maior densidade populacional);
- Êxodo rural-migração forçada;
- Aumento do desemprego e da violência;
- Destruição da cultura do povo e o esfacelamento da vida comunitária;
- Ausência de planos para reassentamento das famílias;
- Total insegurança para as populações que vivem abaixo das barragens, haja vista a experiência do "dilúvio" já vivida por ocasião das últimas cheias;
- Implantação de grandes projetos

Arquivo CRAB



contrários aos interesses da população;

- Desestímulo às iniciativas das populações na busca de fontes alternativas de energia;
- Isolamento de regiões;
- Insegurança para a população em geral.

Econômicas

- Desaparecimento de terras férteis que estão produzindo alimentos;
- Aumento do endividamento interno e externo;
- Direcionamento do lucro para as multinacionais;
- Diminuição, ao invés de aumento, da área de terras para a produção de alimentos;
- Agravamento da crise econômica de que o País está sendo vítima;
- Empobrecimento dos municípios e da região;
- Favorecimento aos ricos da cidade que implantarão seus sítios de lazer nas margens dos lagos, deixando assim sem terra aqueles que precisam produzir alimentos;
- Dúvidas quanto à vida útil de uma barragem (há informações que é em média 30 anos);
- Especulação imobiliária e a exploração dos trabalhadores rurais pelas colonizadoras.

Falta de democracia

- A população, suas lideranças, não foram e não estão sendo consultadas;
 - Concentração do controle energético.
- Todas estas razões foram se ampliando e tomando cada vez mais força. A certeza de que a luta tinha condições de reverter estes projetos fez com que, em 1985, os atingidos retornassem novamente a Brasília para propor ao então Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a formação de uma comissão para estudo do projeto das barragens na Bacia do Rio Uruguai. Como é de costume, o Ministro disse que achava ótimo, só que em janeiro de 1986 baixou decreto constituindo dois grupos de trabalho - Itá e Machadinho - não mais para estudar ou reelaborar o projeto, mas sim para "resolver os problemas decorrentes da construção das barragens". Nestes grupos de trabalho a Comissão Regional teria participação com um representante.

Arquivo CRAB



HORA DE DECIDIR: A DEMOCRACIA TEM QUE FUNCIONAR

O ano de 1986 iniciou-se com a 1ª Assembléia Geral dos Atingidos por Barragens, realizada nos dias 7 e 8 de janeiro em Chapecó/SC. Nesta assembléia, as lideranças representativas das 4 regiões que formavam o movimento, após uma avaliação da caminhada e uma revisão das ações em andamento, definiram como uma das prioridades o trabalho na região 1 - Itá e Machadinho - pois era aí que se concentrava o maior trabalho da Eletrosul. Por outro lado, como dar andamento à proposta de criação de uma Comissão de Estudos, feita em 1985 pelo movimento, após a criação dos dois grupos acima mencionados? Há que se considerar ainda, que a criação destes grupos exigia das lideranças da CRAB uma definição, pois o prazo dado para o trabalho era de apenas 180 dias.

A decisão foi: vamos consultar todas as comunidades, fazer Assembléias Municipais e Regionais para decidir se participamos ou não nos grupos de trabalho e quais as nossas reivindicações. O trabalho demorou até o mês de junho para ser realizado, culminando com a Assembléia Regional em Getúlio Vargas, quando foi tirado um Documento de 30 itens contendo as principais reivindicações dos atingidos de Itá e Machadinho. Esse tipo de procedimento deixou uma marca positiva de educação política pa-

ra todo o movimento. O processo de decisão das questões importantes envolveu sempre uma discussão ampla em torno das propostas, cobrando, na prática, a democracia participativa e responsável. Acima de tudo, as decisões tomadas eram assumidas por todos.

SÓ DOCUMENTO ESCRITO NÃO RESOLVE: É PRECISO AGIR

No segundo semestre de 1986 foram realizadas algumas reuniões destes grupos de trabalho, que não tiveram resultado algum. Com uma nova diretoria, a Eletrosul segue na sua política: fazer a obra sem dar solução para a questão social. Já no mês de março acontece o primeiro incidente: os atingidos pela linha de transmissão de energia prendem 8 funcionários da Eletrosul em Aratiba/RS. A solução para o impasse foi o pagamento das indenizações no mesmo dia, por volta da meia noite, inclusive com o deslocamento de muitos policiais para o local do incidente. Os atingidos deram prazo até o início de julho para a Eletrosul apresentar um plano de reassentamento e definir uma política de indenizações. Como a empresa não o fez, foi decidido impedir o trabalho. Em Itá-SC cerca de 80 trabalhadores rurais com foices e enxadas entraram na cidade nova e obrigaram a paralização das obras.

Em Paim Filho/RS, os agricultores prenderam um funcionário de uma empresa contratada pela Eletrosul e só o devolveram no outro dia, nos escritórios da Eletrosul em Erechim. Junto com o funcionário estavam mais de 150 agricultores. Mas, a atitude de maior pressão aconteceu no dia 25 de julho de 1987 quando mais de 5.000 agricultores cercaram a Eletrosul em Erechim. Com as obras paradas e os agricultores cercando os escritórios foi fácil marcar uma reunião com a diretoria para o dia 7 de agosto em Florianópolis.

COMEÇAM A APARECER AS CONQUISTAS

A última manobra tentada pela Eletrosul foi de fazer um plano de reassentamento com as Cooperativas, sem a participação dos atingidos. Contudo, as próprias Cooperativas se negaram a trabalhar sem a participação da CRAB.

Foi elaborado um acordo com 12 itens contendo as principais reivindica-

ções dos atingidos, como:

- Indenização e reassentamento antes do início da obra principal (muro da barragem),
- Negociações em ordem sequencial, com as mesmas condições para todos;
- Os atingidos, quando negociarem, terão três opções: – terra por terra; reassentamento; indenização em dinheiro;

O acordo foi assinado em 29 de outubro de 1987, mas, antes, os atingidos tiveram que novamente impedir o trabalho da Eletrosul, prendendo um funcionário para que o Presidente confirmasse a sua vinda à região.

O plano de reassentamento foi elaborado a seguir, entre: CRAB, Eletrosul e Cooperativas, confirmando várias conquistas, como:

- Terra para os sem terra e proprietários de até 75ha, nos três Estados do Sul, com o consentimento prévio por parte dos atingidos, e posterior aquisição pela Eletrosul;
- Garantia das benfeitorias individuais e comunitárias no reassentamento;
- Tamanho do lote conforme força de trabalho da família, nunca inferior a 15ha;
- Forma de pagamento em 20 anos com uma porcentagem de 20 a 45% do lucro da safra; além da garantia de uma ajuda inicial para manutenção da família até a colheita da 1ª safra.

Arquivo CRAB

Junto com o acordo foi estabelecido um cronograma a ser cumprido pela empresa.

A SITUAÇÃO HOJE

Na barragem do Itá, com atraso, a Eletrosul está cumprindo o acordo e o plano de reassentamento; só que os atingidos têm que vigiar passo a passo para que a empresa não “esqueça” alguma coisa que prometeu ou assinou.

Na barragem de Machadinho a Eletrosul não cumpriu o acordo e os atingidos decidiram lutar contra a construção desta obra sob o lema: “Barragem de Machadinho Nunca Mais”. No dia 06 de agosto de 1989 os atingidos comemoraram o 1º aniversário de luta pelo cancelamento da barragem de Machadinho. A Eletrosul até agora não tentou entrar na área para trabalhar e os atingidos dizem que não se responsabilizarão pelo que acontecer se a Eletrosul quiser trabalhar na área.

CONCLUSÃO

A luta na Bacia do Rio Uruguai hoje ampliou-se: existem 5 regiões organizadas e muita clareza por parte dos atingidos da importância da sua organização.

Muitas foram as conquistas e a própria Eletrosul admitiu que “... a imposição de imigração compulsória, em razão de um projeto do governo não foi

aceita”.

Noutro momento a Eletrosul admite que “a coisa mais importante que a Eletrosul aprendeu neste processo é respeitar a população atingida, principalmente a população do Uruguai, que é organizada, inteligente e tem capacidade de participação”.

Este reconhecimento da própria Empresa bem como o reconhecimento do trabalho da CRAB em outras partes do Brasil, nos mostra que acertamos em muitos pontos.

Porém, não podemos agora sentar em cima do que foi conseguido e perder o trem da História. Muitos são os desafios a enfrentar: o maior deles, sem dúvida, é exigir uma política energética que sirva aos interesses do povo trabalhador brasileiro.

Uma lição aprendemos: “É melhor enfrentar as empresas, os funcionários, até a polícia, defendendo nossos direitos antes das obras do que querer solucionar os problemas depois que as obras estão prontas”. O interesse dos grandes é a obra, o lucro; o interesse dos pequenos é a defesa de seus direitos, o fim da exploração.

* Membro da Executiva Geral da CRAB—Comissão Regional de Atingidos por Barragens e participante da Comissão Nacional Provisória de Atingidos por Barragens.

